

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMIENTO N° , DE 2007
(Do Sr. Raul Jungmann)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os resultados da 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-13).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e do art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública para debater os resultados da 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-13).

Como debatedores, sugiro os seguintes nomes:

- Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores;
- Sr^a Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente;
- Sr. Mauro Armelin, pesquisador da WWF-Brasil;
- Sr. Marcelo Furtado, membro do Greenpeace Brasil;
- Sr. Paulo Artaxo, pesquisador do Instituto de Física da USP;

- Sr. José Miguez, Presidente da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima.

JUSTIFICATIVA

As discussões envolvendo clima e aquecimento global, nos últimos anos, passaram à agenda de prioridades das relações internacionais. Nesse contexto, a 13ª Conferência do Clima (COP-13), ocorrida em Bali, na Indonésia, é fundamental no processo de construção de um novo pacto internacional relativo às questões ambientais.

Os 190 países reunidos na COP-13, incluindo o Brasil, concordaram em estabelecer regras basilares contra o aquecimento global, como modo de prosseguir e aprofundar os resultados obtidos no Protocolo de Kyoto. O texto final da Conferência – também chamado de “mapa do caminho de Bali” – pretende limitar e reduzir o lançamento no ar de gases que geram efeito estufa, que aprisionam o calor na Terra. Ficou acordado, também, que dentro de dois anos um novo tratado sobre clima deverá ser assinado para entrar em vigor a partir de 2013, em substituição a Kyoto e com medidas mais drásticas para conter o aquecimento global.

Para o Brasil, como não poderia deixar de ser, o tema é primordial, especialmente em função da natureza de suas emissões pelo desmatamento de florestas e pelo uso alternativo do solo. Afinal, a partir da Conferência de Bali, países em desenvolvimento e que antes não tinham compromisso com redução de emissão de gases começarão, dentro de alguns anos, a agir de forma mais efetiva numa espécie de compromisso global.

Outra questão que precisará ser melhor discutida e defendida pela diplomacia brasileira nas futuras negociações sobre o tema é o relativo ao cálculo da medição para comparar as emissões de cada país. A medida utilizada atualmente, o “CO₂ equivalente”, que permite somar as emissões de vários gases do efeito estufa em um único número (também conhecido como “potencial de aquecimento global”, que converte as emissões de cada gás em um valor equivalente em dióxido de carbono – GWP, na sigla em inglês), segundo especialistas, estaria inflada em prejuízo a países que emitem grau elevado de metano, como o Brasil.

Todas essas questões, que envolvem pontos técnicos e políticos, devem ser melhor debatidas por esta Comissão, dada a sua importância para a política externa brasileira e, por consequência, para a sociedade brasileira. Posto isso, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento, com o intuito de esta Comissão poder contribuir nesse importante debate.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2007.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE